



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL – APIB

CARTA AO BANQUE POPULAIRE CAISSE D'ÉPARGNE – BPCE GROUP

A **Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)**, organização nacional que representa mais de 300 povos indígenas no Brasil, dirige-se ao **Banque Populaire Caisse d'Épargne (BPCE Group)** para apresentar uma mensagem clara e urgente: instituições financeiras não podem reivindicar responsabilidade ambiental enquanto seguem financiando projetos, empresas e cadeias produtivas associadas ao desmatamento, à grilagem de terras, à violência e à violação dos direitos dos povos indígenas.

O desmatamento no Brasil está diretamente ligado à invasão de territórios indígenas, à contaminação de rios, à destruição de modos de vida, à criminalização de lideranças e à negação do direito à autodeterminação. A expansão da soja, da pecuária, da mineração e da infraestrutura não ocorre sem capital. Ela depende de crédito, investimentos, seguros, garantias, emissão de títulos, financiamento comercial e serviços financeiros que permitem que grandes corporações expandam suas operações e transfiram seus custos sociais, ambientais e climáticos para os povos indígenas, comunidades locais, florestas, rios e nossas futuras gerações.

Por isso, a responsabilidade do setor financeiro é concreta. Bancos que financiam empresas e cadeias produtivas associadas ao desmatamento e à violação dos direitos indígenas não estão fora do problema: fazem parte dele.

Em 2024, foram registrados 154 conflitos relacionados a direitos territoriais, afetando 114 Terras Indígenas em 19 estados brasileiros. No mesmo período, invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e outros danos ao patrimônio atingiram 159 Terras Indígenas em 21 estados. Esses números demonstram que a pressão sobre os territórios indígenas parte de um modelo econômico sustentado por cadeias globais de commodities.



O agronegócio permanece entre os principais vetores dessa pressão. A pecuária representa mais da metade da área total de Terras Indígenas invadida por atividades vinculadas ao setor, seguida pela soja. A destruição também não se limita à Amazônia. Ela avança sobre o Cerrado, a Mata Atlântica, o Pantanal, o Pampa e a Caatinga. No Cerrado, onde a expansão da soja e da pecuária cresce de forma acelerada, povos como o Guarani Kaiowá enfrentam há décadas violência, confinamento territorial e ataques relacionados à disputa pela terra.

A União Europeia e a França têm responsabilidade direta nesse cenário. A UE gera a maior pegada de carbono por quilograma de soja importada do mundo, não porque importe os maiores volumes, mas porque sua demanda está concentrada em regiões como o Cerrado, onde florestas, savanas e outros ecossistemas vêm sendo convertidos para a agropecuária. Uma política contra o desmatamento que deixa o Cerrado de fora não resolve o problema: apenas desloca a destruição.

Nos últimos 16 anos, as lavouras de soja no Brasil cresceram, em média, o equivalente a 6 mil campos de futebol por dia. O Brasil é o principal fornecedor de soja para a União Europeia, respondendo por cerca de 39% das importações europeias. No entanto, aproximadamente 20% dessas exportações podem estar contaminadas por desmatamento ilegal. Na França, apenas 12% da soja é certificada como livre de desmatamento ou conversão de uso do solo.

A pecuária também segue alimentando a destruição. Entre 2015 e 2023, as importações europeias de carne bovina do Brasil estiveram associadas, em média, ao desmatamento de 28 mil hectares por ano, uma área mais de 2,5 vezes o tamanho de Paris. Entre 2024 e 2025, o número de frigoríficos da Amazônia autorizados a exportar carne bovina para a Europa praticamente dobrou. Com a ampliação das relações comerciais entre o Mercosul e a União



Europeia, essa pressão tende a crescer, aumentando os riscos aos territórios indígenas e aos biomas brasileiros.

O BPCE não pode tratar esses dados como distantes de sua atuação. Entre 2013 e 2022, bancos franceses direcionaram mais de 743 milhões de euros aos setores brasileiros da soja e da pecuária. BNP Paribas, Crédit Agricole, BPCE Group e Société Générale financiaram a Bunge, uma trading com casos documentados de desmatamento em suas cadeias de fornecimento. Isso demonstra que instituições financeiras francesas estão expostas a cadeias de alto risco e precisam responder publicamente por essa exposição.

Os povos indígenas ocupam cerca de 14% do território brasileiro e estão entre os principais responsáveis pela proteção das florestas, da biodiversidade e da estabilidade climática. Entre 2004 e 2019, os povos indígenas no Brasil protegeram 25 milhões de hectares de florestas, mas cotidianamente lidam com riscos relacionados à expansão agropecuária e a atividades predatórias. A demarcação e a proteção das Terras Indígenas não estão relacionadas apenas aos direitos dos povos indígenas: são políticas essenciais para o equilíbrio climático global.

Também alertamos para a nova corrida por minerais críticos e terras raras. O Brasil detém cerca de 23% das reservas mundiais destes recursos, enquanto a França importa aproximadamente 95% desses materiais da China e busca reduzir sua dependência. Essa agenda vem sendo apresentada como necessária à transição energética e à segurança nacional, mas os minerais críticos não abastecem apenas veículos elétricos e turbinas eólicas: também são utilizados em mísseis, drones e sistemas de armamentos. Globalmente, 54% dos projetos de mineração de minerais críticos estão localizados dentro ou próximos de territórios indígenas. Sem a garantia da Consulta e de Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI), essa transição pode criar novas zonas de sacrifício.



Diante disso, a APIB convida o BPCE a agir com urgência, transparência e responsabilidade para garantir que nenhum de seus produtos ou serviços financeiros contribua para o desmatamento, a conversão de ecossistemas, a grilagem de terras, a invasão de Terras Indígenas, a violência contra lideranças ou a violação dos direitos dos povos indígenas.

Chamamos o BPCE a:

1. Adotar uma política de desmatamento zero e violação zero de direitos, abrangendo crédito, investimentos, gestão de ativos, emissão de títulos, seguros, garantias, financiamento comercial e subscrição.
2. Suspender e excluir de suas operações financeiras empresas vinculadas à grilagem de terras, invasão de Terras Indígenas, desmatamento ilegal, violência contra lideranças indígenas, crimes ambientais ou violação do direito à Consulta e ao Consentimento Livre, Prévio e Informado.
3. Exigir rastreabilidade integral de toda a cadeia de produção, do produtor ao consumidor final, incluindo fazendas, unidades produtivas, frigoríficos, minas, portos, traders, fornecedores diretos e indiretos, transportadores, exportadores e compradores finais, com mecanismos verificáveis para impedir a lavagem de commodities e garantir que produtos associados ao desmatamento, à grilagem, à invasão de Terras Indígenas ou à violação de direitos não acessem mercados internacionais.
4. Aplicar devida diligência socioambiental e de direitos humanos em todos os biomas brasileiros, estabelecendo mecanismos concretos de controle sobre as exportações financiadas ou apoiadas pelo banco, de modo que operações comerciais vinculadas a soja, carne bovina, couro, madeira, mineração e outras commodities só sejam viabilizadas



mediante comprovação de origem, legalidade, ausência de desmatamento, respeito aos direitos territoriais indígenas e cumprimento da Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado.

5. Estabelecer um mecanismo permanente de diálogo, denúncia e responsabilização com povos indígenas e suas organizações representativas, incluindo a APIB, garantindo a criação de canais acessíveis, seguros e efetivos para que comunidades afetadas possam apresentar denúncias sobre violações de direitos, riscos socioambientais, invasões territoriais, contaminações, ameaças e impactos relacionados a empresas ou cadeias produtivas financiadas pelo BPCE, com prazos claros de resposta, medidas de reparação e participação direta dos povos indígenas no monitoramento dos casos.
6. Apoiar soluções climáticas lideradas por povos indígenas, incluindo financiamento direto a organizações indígenas, fundos territoriais, monitoramento comunitário, proteção de defensores e defensoras de direitos humanos e governança territorial indígena.

A crise climática é produzida por um modelo econômico que transforma territórios em zonas de sacrifício e trata povos indígenas como obstáculos ao lucro. O BPCE tem uma escolha: continuar financiando cadeias produtivas que aprofundam a destruição e violam direitos, ou assumir o compromisso político e institucional para uma mudança real em suas políticas financeiras.

Territórios indígenas são a linha de frente da proteção climática, da biodiversidade, da segurança hídrica, da soberania alimentar e da vida.

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB